

Ajuste Direto

N.º 126/24

(2024/300.10.005/493)

“Aquisição de Serviços para Apoio Administrativo na Casa da Juventude de Olhão”

**CONVITE À
APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTA**

Julho de 2024

Índice

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a – Identificação e objeto do procedimento	3
Cláusula 2. ^a – Identificação da entidade adjudicante	3
Cláusula 3. ^a – Decisão de contratar e Órgão contraente	3
Cláusula 4. ^a – Cabimento	3
Cláusula 5. ^a – Fundamento da escolha do procedimento	4
Cláusula 6. ^a – Peças do procedimento	4
Cláusula 7. ^a – Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	4
SECÇÃO II – PROPOSTA	5
Cláusula 8. ^a – Prazo e modo para apresentação da proposta	5
Cláusula 9. ^a – Documentos da proposta	6
Cláusula 10. ^a – Esclarecimentos à proposta	6
Cláusula 11. ^a – Proposta com variantes	7
Cláusula 12. ^a – Prazo da obrigação de manutenção da proposta	7
Cláusula 13. ^a – Documentos de habilitação	7
Cláusula 14. ^a – Caducidade da adjudicação	8
SECÇÃO III – CONTRATO	8
Cláusula 15. ^a – Minuta do contrato	8
Cláusula 16. ^a – Contrato	8
Cláusula 17. ^a – Modificações ao contrato	9
SECÇÃO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 18. ^a – Falsidade de documentos e de declarações	9
Cláusula 19. ^a – Legislação aplicável	9
ANEXOS	10
Anexo I	10
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57 do CCP na redação dada pela lei nº 30/2021, de 21 de maio]	10
Anexo II	10
Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81 do CCP na redação dada pela lei nº 30/2021, de 21 de maio]	10
DECLARAÇÃO relativa a IMPEDIMENTOS	11
para efeitos do art.º 69 do CPA	11

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª – Identificação e objeto do procedimento

1. Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20 conjugado com o teor dos art.ºs 112 n.º 2, 113, 115 n.ºs 1 e 4 do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual, adiante designado CCP, o Município de Olhão convida V. Ex.ª a apresentar proposta no procedimento que tem por objeto a formação do contrato para aquisição de serviços para apoio administrativo na Casa da Juventude, no âmbito da ocupação dos tempos livres, na modalidade de **avença**, a executar de acordo com as cláusulas do caderno de encargos.
2. Conforme o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), a que se refere o Regulamento CE n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, corresponde ao presente procedimento a categoria 75124000-1: Serviços administrativos nas áreas recreativa, cultural e religiosa.

Cláusula 2.ª – Identificação da entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Olhão, pessoa coletiva de direito público n.º 506 321 894, com sede no Largo Sebastião Martins Mestre, 8700-349 Olhão, telefone 289 700 100 e e-mail: contratacao publica@cm-olhao.pt, com o horário de funcionamento das 9h às 12h e 30m e das 13h e 30m às 17h de todos os dias úteis.

Cláusula 3.ª – Decisão de contratar e Órgão contraente

1. A decisão de contratar, para efeitos do art.º 36 do CCP, foi tomada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 16 de julho de 2024, no uso da competência própria estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de set., na redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, conjugado com o n.º 1 do art.º 18 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor (até 149.639,37 €).
2. A Câmara Municipal emitiu previamente, por deliberação de 26 de junho de 2024, parecer favorável concreto conforme proposta n.º 269/2024, para a prestação dos serviços para efeitos do disposto no art.º 32 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual, aplicada com as devidas adaptações, conjugado com o disposto no n.º 1 do art.º 3 da portaria n.º n.º 149/2015, de 26 de maio.

Cláusula 4.ª – Cabimento

1. A autorização da despesa do presente procedimento foi aprovada por despacho do Senhor Presidente datado de 16 de julho de 2024.
2. Ao presente processo corresponde o cabimento n.º 14519MGD/2023, com o n.º sequencial 19622, de 10 de julho, com a dotação orçamental da rubrica 0103/010107 – pessoal em regime de tarefa ou avença.
3. A assunção do compromisso plurianual foi autorizada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da delegação de competências conferida por deliberação da Exma. Assembleia Municipal de Olhão, tomada na sessão ordinária de 18 de dez. de 2023 (proposta n.º 411/23).

Cláusula 5.^a – Fundamento da escolha do procedimento

1. O procedimento escolhido é o ajuste direto, conforme estabelecido na alínea d) do n.º 1 do art.º 20 e nos art.º 112 n.º 2, 113 e 115 do CCP.
2. Para efeitos da alínea c) do n.º 1 do art.º 115 do CCP a fundamentação do presente ajuste direto é o facto de, em função do valor admitir-se o tipo de procedimento proposto, convidando uma entidade para assegurar o apoio administrativo necessário, nomeadamente atendimento ao público e preparação de atividades de cariz lúcido e cultural, no âmbito da ocupação dos tempos livres. A tudo o referido acresce ainda a impossibilidade de satisfazer a necessidade objeto do procedimento por via dos recursos humanos próprios da autarquia, dada a sua inexistência e o facto de a ausência do serviço ser suscetível de afetar o interesse público.

Cláusula 6.^a – Peças do procedimento

1. As peças que instruem o presente procedimento são o convite à apresentação de proposta e o caderno de encargos, integral e gratuitamente disponibilizados por correio eletrónico enviado através da plataforma de contratação pública em uso (ACINGOV).
2. Rececionado o convite, para consultar das peças, acede ao correio eletrónico recebido e faz "[Clique aqui](#)", conforme imagem abaixo:

Processo simplificado de apresentação das propostas.

A tramitação deste procedimento não obriga o uso da plataforma eletrónica.

Para apresentar a sua proposta/documentos [Clique Aqui](#)

3. O interessado é reencaminhado para a plataforma e no ponto 1 "peças do procedimento" consulta as peças.
4. Todas as comunicações a que haja lugar ao longo do procedimento, tal como esclarecimentos, apresentação de proposta e até outorga de contrato, são enviados por correio eletrónico transmitido através da referida plataforma.
5. No caso de indisponibilidade de acesso ao email as peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta na sede e horário referidos na cláusula 2.^a até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

Cláusula 7.^a – Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. As entidades convidadas podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através do envio de resposta ao convite recebido durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta, nos termos do n.º 1 do art.º 50 do CCP.
2. No mesmo prazo pode apresentar lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados em conformidade com o previsto nos nºs 2 e 3 do citado artº 50 do CCP.
3. Para apresentar pedido de esclarecimentos, retificações das peças e erros e omissões, acede ao correio eletrónico recebido e faz responder através do botão "[Clique aqui](#)", conforme imagem do n.º 2 da cláusula anterior e, quando for direcionado para a plataforma, pode carregar a documentação no ponto "erros e omissões" ou "pedidos de esclarecimentos" consoante o caso.
4. Os esclarecimentos e as retificações prestadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como os erros e omissões detetados pelo interessado e aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, são disponibilizados a todos os interessados pela mesma via, sendo emitida imediata notificação desse facto ao interessado, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

5. Considerar-se-ao rejeitados todos os erros e omissões que não sejam expressamente aceites pela entidade adjudicante.
6. Sendo o prazo para apresentação de proposta inferior a 9 dias, nos termos do art.º 116 do CCP, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações de erros ou omissões das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
7. Os esclarecimentos, as retificações e a lista com identificação dos erros e omissões das peças do procedimento detetados pelo interessado, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito, devendo ser junto a elas, e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO II – PROPOSTA

Cláusula 8.^a – Prazo e modo para apresentação da proposta

1. A proposta e os documentos que a acompanham, devidamente assinados, devem ser apresentados ao Município até às 23:59 horas do 5.º dia seguinte à receção do email referido na cláusula sexta.
2. A proposta é apresentada conforme referido nas duas últimas cláusulas: o interessado acede ao correio eletrónico recebido e faz responder através do botão "[*Clique aqui*](#)", conforme imagem do n.º 2 da cláusula sexta e, quando for direcionado para a plataforma, pode carregar a documentação no ponto "proposta".
3. Quando, pela natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado por meio eletrónico, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto deve indicar o concorrente, a designação do procedimento e a entidade adjudicante, o qual deverá ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo a receção deste ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta.
4. O concorrente deve prever o tempo necessário para submeter a proposta, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe, uma vez que só é admitida se assinada e recebida até à data e hora referida no n.º 1.
5. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora de submissão, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
6. Nos termos do n.º 3 do art.º 470 do CCP o prazo para apresentação da proposta é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
7. A data limite para apresentar a proposta, fixada no n.º 1 da presente cláusula, pode ser prorrogada por prazo adequado, quando solicitada a pedido do interessado e em casos devidamente fundamentados, bem como quando as retificações às peças do procedimento e/ou os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo estabelecido, e ainda quando as retificações ou a aceitação de erros ou omissões das peças, independentemente do momento da sua comunicação, impliquem alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento.
8. Caso o interessado precise prorrogar o prazo para apresentar a sua proposta, acede ao correio eletrónico recebido e faz responder no botão "[*Clique aqui*](#)" e quando for direcionado para a plataforma, faz o pedido no ponto "*outras comunicações*".
9. Os encargos relativos à elaboração da proposta e quaisquer documentos com ela conexos são suportados integralmente pela entidade convidada.

Cláusula 9.^a – Documentos da proposta

1. Na proposta, a entidade convidada manifesta a vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:
 - a) **Declaração pela qual se obriga a executar o contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos**, elaborada de acordo com o modelo do anexo I do presente convite (alínea a) do n.º 1 do art.º 57 do CCP);
 - b) **Documento com os atributos da proposta** referidos no caderno de encargos, de acordo com os quais a entidade convidada se dispõe a contratar (alínea b) do n.º 1 do art.º 57 do CCP):
 - i. O preço mensal;
 - ii. O preço total considerando os dados do caderno de encargos;
 - c) **Condições de pagamento**, sem prejuízo do disposto no caderno de encargos, se mais vantajosas para o Município;
 - d) **Contacto telefónico e correio eletrónico do(a) adjudicatário(a)**, para contacto permanente durante o horário de expediente da entidade adjudicante, cujos dados pessoais serão usados, exclusivamente, para efeitos da execução inerente ao contrato a celebrar;
 - e) **Declaração de início de atividade**, no caso de já dispor da mesma;
 - f) **Outros que o interessado considere indispensáveis**, relativos aos termos pelos quais se dispõe a contratar;
 - g) **Procuração** quando não seja o próprio a submeter a proposta;
3. O preço da proposta deve ser indicado em algarismos e por extenso, em euros e sem IVA incluído, conforme n.º 1 do art.º 60 do CCP.
4. A proposta deve mencionar o enquadramento do IVA para a presente prestação, indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável, sob pena de se considerar que o preço apresentado não inclui IVA.
5. Os documentos da proposta são assinados pela entidade convidada ou seu representante, com poderes para obrigar, devidamente comprovados, sob pena de exclusão.
6. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhadas de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a convidada declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Cláusula 10.^a – Esclarecimentos à proposta

1. Caso sejam pedidos esclarecimentos à proposta, ao abrigo do art.º 72 do CCP, a entidade convidada deverá prestá-los no prazo que for concedido e pelo meio estipulado, sob pena dos esclarecimentos não serem aceites.
2. Caso o interessado tenha de responder a esclarecimentos à proposta, acede ao último correio eletrónico recebido e faz responder no botão "[*Clique aqui*](#)".
3. Os esclarecimentos prestados fazem parte da proposta **desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão** nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 70 do CCP.
4. Poderão ser solicitados, no prazo máximo de 5 dias, ao interessado, o suprimento de irregularidades da proposta causadas por preterição de formalidades não essenciais, nomeadamente no caso de suprimento de documentos que se limitem a comprovar factos anteriores à data da apresentação da proposta.

Cláusula 11.^a – Proposta com variantes

Não é admitida a apresentação de proposta com variantes.

Cláusula 12.^a – Prazo da obrigação de manutenção da proposta

A entidade convidada é obrigada a manter a proposta pelo prazo de 66 dias, contados do termo do prazo fixado para a sua apresentação, conforme disposto no art.º 65 do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.^a – Documentos de habilitação

1. O(a) adjudicatário(a) deve apresentar no prazo até às 23h e 59m do 5.º dia útil a contar da notificação de adjudicação, sob pena de caducidade da adjudicação, reprodução dos seguintes documentos de habilitação:
 - a) **Declaração emitida conforme** modelo constante do **anexo II** (anexo II para efeitos da alínea a) do n.º 1 do art.º 81 do CCP);
 - b) **Documento comprovativo de que não se encontra nas situações** previstas nas alíneas b), h) e i) do n.º 1 do art.º 55 do CCP, designadamente o **Registo Criminal** atualizado da entidade;
 - c) Documento que demonstre ter regularizada a respetiva **situação relativa a contribuições para a Segurança Social** em Portugal, ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal, ou em sua substituição, autorização de consulta prevista no Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril (alínea d) do n.º 1 do art.º 55 do CCP);
 - d) Documento que demonstre ter regularizada a sua **situação tributária** relativa a impostos devidos em Portugal, ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o estabelecimento principal (alínea e) do n.º 1 do art.º 55 do CCP), conforme documento emitido pela Autoridade Tributária ou autorização prevista no Decreto-Lei n.º 114/2007 de 19 de abril;
 - e) Comprovativo da celebração de contrato de seguro em caso de acidente ou declaração de assunção dessa responsabilidade em sua substituição;
 - f) Certificado das habilitações literárias;
 - g) Identificação do outorgante: B.I ou Cartão de Cidadão e n.º de identificação fiscal, ou cópia se expressamente autorizada pelo titular;
 - h) Declaração relativa a impedimentos para efeitos do art.º 69 do CPA no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município, conforme anexo III;
 - h) Declaração de início de atividade, caso não a tenha apresentado com a proposta ou entretanto tenha sido objeto de alteração;
 - i) Documento comprovativo de isenção junto da Segurança Social, quando for o caso.
2. Deve o(a) adjudicatário(a) cumprir o disposto na lei n.º 102/2009, de 10 de set., na redação atual, que fixa o "*regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho*" em matéria de segurança e saúde, não se responsabilizando o Município por incumprimento do(a) prestador(a).
3. Os documentos de habilitação são redigidos em português e, não sendo, serão acompanhados de tradução legalizada em relação à qual o(a) adjudicatário(a) declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
4. **Os documentos de habilitação são apresentados de modo idêntico ao da proposta**, acedendo ao correio eletrónico recebido e fazendo responder no botão "*Clique aqui*" e

quando for direcionado para a plataforma, no campo respetivo carrega os documentos exigidos na presente cláusula.

5. A entidade adjudicante pode exigir do(a) adjudicatário(a), em prazo fixado para o efeito, a apresentação do original de documento cuja reprodução suscite dúvida fundada sobre o respetivo conteúdo ou autenticidade.
6. O prazo fixado para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado por uma vez, por solicitação do(a) adjudicatário(a) dirigida ao órgão competente para contratar, por um período não superior a 5 dias, de acordo com o art.º 85 do CCP, respondendo ao correio eletrónico relativo à adjudicação no botão "[Clique aqui](#)".

Cláusula 14.ª – Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o(a) adjudicatário(a) não apresentar os documentos de habilitação, decorrido o prazo de audiência prévia, nos termos do art.º 86 do CCP.
2. Caso se verifique facto que possa determinar a caducidade da adjudicação, o órgão competente para contratar notificará o(a) adjudicatário(a) do facto e fixa-lhe um prazo até cinco dias úteis para que se pronuncie, por escrito e em sede de audiência prévia, nos termos previstos no art.º 86 do CCP.
3. Em função das razões invocadas, não sendo o facto imputável ao adjudicatário(a), pode o órgão competente para contratar, conceder-lhe prazo adicional para apresentar os documentos em falta/suprir as irregularidades detetadas, sob pena de caducidade da adjudicação.

SECÇÃO III – CONTRATO

Cláusula 15.ª – Minuta do contrato

1. Sendo o contrato reduzido a escrito, a minuta respetiva e de eventuais ajustamentos ao seu conteúdo, é enviada, para aceitação, ao adjudicatário(a), em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se aceite por este sempre que haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação.
2. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base a este procedimento, fazendo-o através do botão "[clique aqui](#)" no correio eletrónico recebido com a minuta do contrato.
3. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário(a), no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser naquele prazo.
4. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo(a) adjudicatário(a) não fazem parte do contrato.

Cláusula 16.ª – Contrato

1. O contrato é celebrado por escrito, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, salvo no caso de inexigibilidade e/ou dispensa da sua redução a escrito nos termos do estabelecido no artº 95 do CCP.
2. Para assinatura eletrónica do contrato será fixado prazo entre três e cinco dias.
3. Não dispondo o adjudicatário, ou o seu representante legal de assinatura eletrónica, o contrato pode ser outorgado em suporte papel nos termos do nº 1 do artº 94 do CCP na redação atual, caso em que o município comunica ao adjudicatário(a), com a antecedência

mínima de cinco dias, a data, hora e local da outorga presencial do contrato, salvo se prazo inferior for aceite/proposto pelo(a) adjudicatário(a).

4.As despesas inerentes à redução a escrito do contrato e sua outorga são da responsabilidade do(a) adjudicatário(a).

5.A adjudicação caduca se, por facto imputável ao adjudicatário(a), este(a) não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado ou, quando for o caso, não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

Cláusula 17.^a – Modificações ao contrato

Poderão ser apostas modificações ao contrato ao longo do respetivo prazo de execução dentro dos limites e com os fundamentos previstos pelo CCP, por ato administrativo quando estejam em causa razões de interesse público, por forma solene idêntica ao do contrato quando haja acordo das partes, ou por decisão judicial ou arbitral.

SECÇÃO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 18.^a – Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações por parte do(a) adjudicatário(a) determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Cláusula 19.^a – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e restante legislação aplicável.

ANEXOS

Anexo I

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57 do CCP na redação dada pela lei nº 30/2021, de 21 de maio]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento .../24 de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
 2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁽³⁾:
 - a)
 - b)
 3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
 4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
 6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
 7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- (local),/...../202..... (data), [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso do concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81 do CCP na redação dada pela lei nº 30/2021, de 21 de maio]

1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento .../24 de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), / / 202... (data), [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

DECLARAÇÃO relativa a IMPEDIMENTOS

para efeitos do art.º 69 do CPA

..... (nome), NIF n.º, com domicílio fiscal na rua, em (localidade), adjudicatário/a do procedimento prévio n.º / para ".....", pertencente ao Município de Olhão, na qualidade de legal representante de, Lda., NIF, **declara e atesta**, sob compromisso de honra, que, para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 a 4 do art.º 69 do Código do Procedimento Administrativo (em anexo), até à data, **não se verificam casos de impedimento relativamente ao procedimento prévio acima identificado**, que ponham em causa a imparcialidade da sua conduta ou possa causar dúvidas sobre a mesma, designadamente no que respeita a cada uma das alíneas do n.º 1 do citado preceito.

Mais declara, para efeitos do n.º 5 do citado art.º 69 **que, caso venha a ocorrer qualquer situação de incompatibilidade**, nos termos legalmente previstos, **comunicará** desde logo **o facto ao responsável pela direção do procedimento/gestor de contrato** com vista a cessar toda a sua atividade relacionada com o mesmo, nos últimos três anos.

..... (local), / / 2024 (data)

O Gerente

(.....)

Normas do CÓDIGO do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO relativas a IMPEDIMENTOS em procedimentos administrativos, designadamente de contratação pública (ANEXO V)

“Artigo 69.º - Casos de impedimento

1 - Salvo o disposto no n.º 2, os titulares de órgãos da Administração Pública e os respetivos agentes, bem como quaisquer outras entidades que, independentemente da sua natureza, se encontrem no exercício de poderes públicos, não podem intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, nos seguintes casos:

- a) Quando nele tenham interesse, por si, como representantes ou como gestores de negócios de outra pessoa;
- b) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, nele tenham interesse o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, algum parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
- c) Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior;
- d) Quando tenham intervindo no procedimento como perito ou mandatário ou hajam dado parecer sobre questão a resolver;
- e) Quando tenha intervindo no procedimento como perito ou mandatário o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges, parente ou afim em linha reta ou até ao segundo grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem vivam em economia comum ou com a qual tenham uma relação de adoção, tutela ou apadrinhamento civil;
- f) Quando se trate de recurso de decisão proferida por si, ou com a sua intervenção, ou proferida por qualquer das pessoas referidas na alínea b) ou com intervenção destas.

2 - Excluem-se do disposto no número anterior:

- a) As intervenções que se traduzam em atos de mero expediente, designadamente atos certificativos;
- b) A emissão de parecer, na qualidade de membro do órgão colegial competente para a decisão final, quando tal formalidade seja requerida pelas normas aplicáveis;
- c) A pronúncia do autor do ato recorrido, nos termos do n.º 2 do artigo 195.º

3 - Sob pena das sanções cominadas pelos n.ºs 1 e 3 do artigo 76.º, não pode haver lugar, no âmbito do procedimento administrativo, à prestação de serviços de consultoria, ou outros, a favor do responsável pela respetiva direção ou de quaisquer sujeitos públicos da relação jurídica procedimental, por parte de entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações previstas no n.º 1, ou que hajam prestado serviços, há menos de três anos, a qualquer dos sujeitos privados participantes na relação jurídica procedimental.

4 - As entidades prestadoras de serviços no âmbito de um procedimento devem juntar uma declaração de que se não encontram abrangidas pela previsão do número anterior.

5 - Sempre que a situação de incompatibilidade prevista no n.º 3 ocorrer já após o início do procedimento, deve a entidade prestadora de serviços comunicar desde logo o facto ao responsável pela direção do procedimento e cessar toda a sua atividade relacionada com o mesmo.”